



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08059379720198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO DUARTE LEAL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada tenha decorrido do acidente de trânsito tendo em vista que a parte autora afirma na exordial que o acidente teria ocorrido dia 11/01/2018, todavia, afirma no boletim de ocorrência que o mesmo ocorrera no dia 22/01/2018, apresentando, inclusive, documentos de atendimento médico do dia 22/01/2018, sem comprovar qualquer relação do sinistro ocorrido no dia 11/01/2018 com as lesões sofridas no dia 22/01/2018:

2018-1-22

HTCG-Painel Administrativo

Data da internação: 22/01/2018 Hora: 09:15:21

| SUS | | Sistema Único de Saúde | | LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | |
|---|--|--|--|---|--|
| Identificação do Estabelecimento de Saúde | | | | 2 - CNES | |
| 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE | | | | 2362856 | |
| HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES | | | | | |
| 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO ACREDITADO | | | | 4 - CNES | |
| HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES | | | | 2362856 | |
| Identificação do Paciente | | | | 1 - Nº DO PRONTUÁRIO | |
| 5 - NOME DO PACIENTE | | | | 1584507 | |
| ANTONIO BUARTE LEAL | | | | | |
| 6 - CARÃO DO SUS | | 8 - DATA DE NASCIMENTO | | 9 - SEXO | |
| | | 11/10/1957 | | Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> | |
| 10 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL | | | | 11 - TELEFONE DE CONTATO | |
| ADELAIDE MODESTA LEAL | | | | 83 | |
| 12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) | | | | 13 - CIDADE | |
| EMILIANO ROSENDO DA SILVA, 0, BODOCONGO | | | | 250400 | |
| 14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA | | | | 15 - CEP | |
| Campina Grande | | | | PB 58400062 | |
| JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO | | | | | |
| 17 - PRINCIPAIS SINTOMAS E SINTOMAS EXISTENTES | | | | | |
| Dor e dificuldade | | | | | |
| 18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO | | | | | |
| Necessidade de tratamento cirúrgico | | | | | |
| 19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS E RESULTADOS DE EXAMES DE LABORATÓRIO | | | | | |
| Rx | | | | | |
| 20 - DIAGNÓSTICO INICIAL | | 21 - CID-10 PRINCIPAL | | 22 - CID-10 SECUNDÁRIO | |
| Fratura de osso tarso | | | | | |
| PROCEDIMENTO SOLICITADO | | | | | |
| 23 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO | | 24 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO | | 25 - Nº DO DOCUMENTO CENIP DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE | |
| Tratamento cirúrgico de fratura tarso | | | | 960016283302321 | |
| 26 - CLÍNICA | | 27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO | | 28 - DOCUMENTO | |
| 02 | | | | (X) CENIP () CENIP | |
| 29 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE | | 30 - DATA DA SOLICITAÇÃO | | 31 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE | |
| RODOLFO COIMBRA BATISTA | | 22/01/2018 | | | |
| PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS) | | | | | |
| 33 - [] ACIDENTE DE TRÂNSITO | | 34 - [] ACIDENTE TRABALHO TÍPICO | | 35 - [] ACIDENTE TRABALHO TRAJETO | |
| 36 - [] ACIDENTE DE TRÂNSITO | | 37 - Nº DO BILHETE | | 38 - SÉRIE | |
| 39 - [] ACIDENTE TRABALHO TÍPICO | | 40 - Nº DO BILHETE | | 41 - SÉRIE | |
| 42 - [] ACIDENTE TRABALHO TRAJETO | | 43 - Nº DO BILHETE | | 44 - SÉRIE | |
| 45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA | | 46 - [] EMPREGADOR | | 47 - [] AUTÔNOMO | |
| 48 - [] EMPREGADOR | | 49 - [] DESPREZADO | | 50 - [] APOSENTADO | |
| 51 - [] NÃO SELECIONADO | | 52 - [] NÃO SELECIONADO | | 53 - [] NÃO SELECIONADO | |
| AUTORIZAÇÃO | | | | | |
| 54 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | 55 - COD. ORGÃO EMISSOR | | 56 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | |
| | | | | | |
| 57 - DOCUMENTO | | 58 - Nº DO DOCUMENTO CENIP DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | 59 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | |
| () CENIP () CENIP | | | | | |
| 60 - DATA DA AUTORIZAÇÃO | | 61 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR | | 62 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | |
| / / | | | | | |

<http://0.1.1.148/projetos/imp/peinternamento.php?com=1584507>

11

Assim, resta claro que os documentos juntados aos autos foram elaborados a partir do noticiado pela própria parte autora, produzidos de forma unilateral, incapazes de formar o convencimento do magistrado acerca da efetiva existência do sinistro, podendo a parte autora ter adquirido tais lesões em qualquer outra circunstância, imputando as mesmas ao suposto sinistro!

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Ademais, também cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.

Caso o alegado acima não seja acolhido pelo Douto Magistrado, havendo condenação à ré, requer a aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 26 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

